

A importância da política para a transformação da sociedade: uma análise sobre a percepção dos alunos do ensino médio do IFSP Barretos

Anna Livia Izidoro Ferreira¹, Camila Mendonça Silva¹, Stefanni Regina Silva¹, Rodrigo Cesar Vigo¹

¹IFSP-Barretos. rohero2500@gmail.com

Palavras-chave: Política, Ensino Médio, Percepção, IFSP

Introdução

Tomando (mutua e paralelamente) a política e a juventude como paradigmas de interrogação sobre poder, instituições, representações e processos sociais, esta pesquisa buscou analisar a percepção dos alunos dos cursos técnico-integrados ao ensino médio do IFSP – campus Barretos – sobre a importância da política para a transformação da sociedade e para a formação cidadã dos jovens.

Objetivos

O objetivo principal deste trabalho foi revelar algumas das principais tendências encontradas sobre o tema política/juventude.

Material e Métodos

Nosso locus de pesquisa foi o campus Barretos, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). E os sujeitos da pesquisa os alunos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio oferecidos pelo campus, jovens entre 14 e 18 anos.

Do total de alunos, quatro bolsistas participaram de reuniões e discussões abertas sobre o tema. Enquanto um questionário semiestruturado foi respondido por 248 alunos. Por um lado, os encontros permitiram aprofundar a discussão teórico-conceitual sobre política e juventude e auxiliaram na elaboração de estratégias para a composição quantitativa da investigação, por outro, os questionários ampliaram o escopo investigativo e possibilitaram traçar as percepções dos sujeitos investigados.

Metodologicamente, nossa pesquisa conciliou a abordagem qualitativa com a quantitativa, combinando a dimensão

exploratória e explicativa, com o tratamento quantitativo dos dados que, em conjunto, foram analisados à luz do arcabouço teórico selecionado.

Resultados e Discussão

Apesar da organização política dizer respeito à natureza de cada governo e, conseqüentemente, aos conflitos, aos interesses e as formas de participação e de representação de cada sociedade, a percepção e a orientação da ação política variam entre os diferentes grupos de cada sociedade. São as particularidades das relações sociais de determinado grupo que estabelecem as condições necessárias para a aceitação e utilização dos pressupostos políticos vigentes.

Podemos dizer, nesse sentido, que o agir político refere-se ao modo como são construídos os sentidos que influenciam e organizam tanto as ações, quanto as relações cotidianas de cada grupo, a partir da produção material e subjetiva da vida social a que estão sujeitos (Mesquita, 2016).

Sobre o grupo de estudantes que investigamos, 108 são alunos do curso Técnico Integrado em Agropecuária, 75 do curso Técnico Integrado em Alimentos e 65 do curso Técnico em Informática.

Em relação aos temas abordados, cerca de 50% dos estudantes dos três cursos afirmaram se interessar pouco por política, enquanto a média daqueles que se interessam muito pelo tema ficou abaixo de 15%. Esses dados demonstram que a política, enquanto tema cotidiano, não se apresenta como elemento primordial de atenção para nossos estudantes.

A falta de interesse, no entanto, não pode ser confundida com a falta de reconhecimento da importância do tema. A esse respeito, quando perguntados se consideravam a política

algo importante. Mais de 80% disseram que sim, ao passo que um índice superior a 92% dos alunos concordou que a política é relevante para a transformação da sociedade.

Há, portanto, um hiato entre o interesse e o reconhecimento da importância do tema. Como observamos em pesquisa anterior,

“embora ter interesse e conhecimento sobre o papel social da política seja importante para a construção da ação coletiva, somente isso não acarreta direta e necessariamente o desenvolvimento de formas de diálogo e/ou participação entre os jovens” (DAMIÃO e CELINE, 2021, p.191).

Há certos processos que colaboram para que os jovens possam agir politicamente e se inserirem em “redes sociais mais amplas, nas quais as trocas estão regidas, não pelos códigos familiares, mas pelas normas acordadas no domínio público” (CASTRO, 2009, p. 480).

Nesse sentido, notamos o indispensável esforço que precisamos fazer para reforçar as atividades educacionais e pedagógicas que estão ao nosso alcance para estimular o interesse pelo tema. Pois essa é uma demanda, não só crucial para a formação cidadã, como também faz parte do interesse dos alunos, como destaca Carrano (2012).

No caso específico do campus Barretos do IFSP, percebemos que apesar dos projetos pedagógicos (PPCs), dos planos de desenvolvimento institucional (PDIs) e dos docentes e servidores ligados à educação reconhecerem a relevância e importância do ensino e da discussão de conceitos políticos, poucas estratégias são postas em prática para atingir esse fim. Ou seja, apesar do reconhecimento e da formalização (por meio dos documentos institucionais) do tema, a prática está aquém das necessidades reais para o aprimoramento do ensino e das práticas cidadãs dos alunos.

Nossa investigação revelou, por exemplo, que 60% dos nossos entrevistados disseram nunca ou raramente conversar sobre política, enquanto 40% afirmaram fazê-lo. Já quando

perguntamos com quem eles conversavam sobre política, apenas 37% asseguram fazê-lo na escola, enquanto 70% afirmam conversar sobre o tema com amigos e familiares, apesar de desejarem ter esse tipo de discussão no contexto escolar, como demonstram as respostas de perguntas ulteriores do questionário, que revelam que mais de 70% têm interesse em participar de alguma ação política ou grupo de discussão dentro da escola e 69% consideraram o ensino e a discussão sobre política importantes dentro da sala de aula.

Mais uma vez verificamos o distanciamento entre os estudantes e as instituições, tanto escolares, quanto da sociedade civil, para aproximar esses jovens do debate.

Conclusões

Se quisermos criar caminhos para a reconfiguração democrática da ação política juvenil, especialmente dos estudantes do IFSP, precisamos reafirmar e criar as condições necessárias para que nossa instituição compreenda as bases sociais sob as quais estão assentadas a formação política de nossos estudantes, e, ao mesmo tempo, nos debruçarmos sobre as principais fontes de informação e influência desses estudantes. O desafio, portanto, é pensarmos estratégias pedagógicas e ações práticas que contribuirão para o amadurecimento das nossas práticas institucionais e pedagógicas. Pois, a rede federal, assim como outras áreas, ainda tem um longo caminho a percorrer neste sentido. Identificar o problema, contudo, é o primeiro passo para combatê-lo, já que negligenciá-lo só irá aumentar as atitudes antidemocráticas e impedir a formação política dos jovens sob nossa responsabilidade.

Agradecimentos

Agradecemos ao Instituto Federal de São Paulo através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica e do Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica e/ou Tecnológica.

Referências Bibliográficas

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **Educação para a democracia**. Lua Nova. São Paulo, n. 38, p. 223- 237, 1996.

CARRANO, Paulo. **A participação social e política de jovens no Brasil**: considerações sobre estudos recentes. Revista O Social em Questão, Rio de Janeiro, ano XV, n. 27, p. 83-100, 2012.

CASTRO, Lúcia Rabello de. Juventude e socialização política: atualizando o debate. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Brasília, vol. 25, n. 4, p. 479-487, 2009.

_____. Participação política e juventude: Do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. Revista de Sociologia e Política. Curitiba, v. 16, n. 30, p. 253-268, 2008.

DAMIÃO, Abraão e CELINE, Túlio. **Política, educação e participação juvenil entre estudantes Secundaristas: interdisciplinaridades e o caso do Ifsp - campus Barretos**. In Filosofia e Sociologia na Rede Federal, Org. Marlon Tomazella; Isabel Milanez Ostrower; Affonso Celso Thomaz Pereira, João Pessoa, EditoraIFPB, p. 178-228.

MESQUITA, M. R., et. al. **Juventudes e participação: compreensão de política, valores e práticas sociais**. Revista Psicologia & Sociedade, v. 28, n. 2, p. 288-297, 2016.